

Pensamento
Contemporâneo

Celso Furtado

*Entrevistado por
Aspásia Camargo e
Maria Andréa Loyola*



ed
uerj



Pensamento
Contemporâneo

CELSO FURTADO

*entrevistado por
Aspásia Camargo e
Maria Andréa Loyola*

3



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitora
Nilcéa Freire

Vice-reitor
Celso Pereira de Sá



EDITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial

Afonso Carlos Marques dos Santos

Elon Lages Lima

Ivo Barbieri (*Presidente*)

José Augusto Messias

Leandro Konder

Luiz Bernardo Leite Araújo

Pensamento
Contemporâneo

CELSO FURTADO

*entrevistado por
Aspásia Camargo e
Maria Andréa Loyola*

3



Rio de Janeiro
2002

Agradecimentos

A Rosa Freire d'Aguiar, pela leitura atenta do original deste livro.

Ao Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, que, na pessoa de Maria Eugênia Stein, forneceu-nos o texto biográfico inserido ao final do volume.

À equipe do Canal Universitário do Rio de Janeiro (UTV), em especial Gabriella Dias, Irapuan Portugal e Vitor Brasil.

Sumário

Homenagem	9
<i>Maria da Conceição Tavares</i>	
Entrevista	13
Biografia	39
Principais trabalhos	47

Homenagem

Maria da Conceição Tavares

Mestre Celso Furtado é um homem público e um intelectual da maior importância para o país. Foi um dos fundadores do pensamento econômico contemporâneo, é um grande servidor público, uma pessoa de uma integridade à toda prova e, mais que tudo, um lutador contínuo, que pode ser chamado de corredor de longo fôlego.

Para mim, sua importância é enorme e começou quando eu ainda era aluna de economia. A história econômica dada na base de figuras presidenciais e explicações arbitrárias foi revolucionada em 1959, por *Formação econômica do Brasil* – um livro que foi um verdadeiro oásis: deu para alimentar meu debate com Roberto Campos e vários professores conservadores.

Outra obra magna é *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), na qual Furtado se revela o primeiro grande autor a explicar, em termos econômicos, o que é subdesenvolvimento neste país: é o fato de se ter crescimento com concentração de renda e riqueza; com padrões culturais, tecnológicos e de consumo copiados dos países centrais; com dependência de capital estrangeiro e submissão ao exterior.

Esse livro foi uma antecipação absolutamente genial do que ia ser o processo de desenvolvimento

brasileiro. Precisa ser relido, sobretudo pelos alunos das faculdades de economia e ciências sociais, que têm uma grande dificuldade de entender em que país vivem.

Inicialmente, Furtado escreveu acerca do passado de uma maneira nova, lançando luzes sobre a formação econômica brasileira, e, dois anos depois, analisou o padrão de desenvolvimento futuro, apontando todos os defeitos decorrentes de uma estrutura de dominação interna e submissão ao exterior. Isso só terá fim no momento em que conseguirmos interromper o maldito círculo vicioso do subdesenvolvimento. Portanto, do ponto de vista histórico-estrutural, quer dizer, da visão de longo prazo do Brasil, a obra do mestre é imorredoura.

Em 1962, eu já estava na CEPAL e ele, então ministro do Planejamento, visitou o escritório da CEPAL-BNDE para discutir o Plano Trienal, a primeira tentativa nacional de compatibilizar objetivos de crescimento, distribuição de renda e estabilização; o primeiro grande documento de proposição de política econômica, social, de estabilização e autonomia da economia.

Infelizmente o Plano Trienal foi abandonado em seis meses e seguido do golpe militar. O povo brasileiro estava em movimento, constituía-se como sociedade nacional, mas a ditadura interrompeu tanto o movimento social quanto a construção democrática que conjugasse crescimento e distribuição de renda. Passou-se a dizer que era preciso crescer para depois distribuir.

Enquanto isso, mestre Furtado sempre afirmou: “Crescimento, distribuição, estabilidade e bem-estar social vão juntos”. Uma sociedade democrática é

obrigada a levar em conta a necessidade de incorporar os excluídos e de não repetir mimeticamente o modelo de desenvolvimento proposto pelos americanos nas últimas décadas. Precisamos lutar pela autonomia da cultura e do progresso técnico, de uma inserção internacional mais soberana do Brasil. O desenvolvimento econômico-social de nosso país só será auto-sustentável se se apoiar em suas forças endógenas e na autodeterminação de seu povo.

Isto está nos textos de Furtado o tempo inteiro. E é o guia de qualquer geração de economistas políticos, de qualquer geração que luta por este país. O que ele disse em 1961 e propôs ao longo de sua vida mantém-se de pé. É por isso que seu pensamento volta sempre – por mais que ele esteja triste e ache que a década de 90 arreventou as forças produtivas e institucionais que a própria ditadura construiu.

De fato, a ditadura não distribuiu a renda, não permitiu a construção da cidadania e impediu que o povo se autodeterminasse, mas criou a base do desenvolvimento material. No presente, como diz mestre Furtado, permite-se a democracia política conquistada pela luta de tantos, inclusive dos atuais governantes, mas se tenta interromper a transição democrática de caráter social. Manipulam a mídia, compram, corrompem, sucateiam o Estado, privatizam o patrimônio nacional, destroem cinquenta anos de construção de uma indústria, de uma infraestrutura. Isso é um pecado sem perdão.

Durante os anos 90, manteve-se a liberdade política e, ao mesmo tempo, destruíram-se as bases do Estado e dos direitos sociais – mediante o desmantelamento da Constituição de 1988 –, tentou-se desfazer o sonho da transição democrática e desmontar as bases

produtivas de cinquenta anos de esforço. Então o mestre diz: “Nunca estivemos tão longe do que sonhamos”.

Acrescenta que é preciso mudar a base política de sustentação do poder e garantir a participação do povo nas decisões políticas locais, regionais e federais. Assim, inverteremos o modelo. Não basta industrializar, não se trata apenas de substituir ou não importações, para eliminar a barreira externa. Isso é papo de economista. Furtado é muito mais do que um economista; é um pensador brasileiro.

E diz que precisamos mudar a correlação política de forças que determina as prioridades sociais, o destino dos poucos recursos, a maneira como o país adquire identidade e soberania nacional. Repete que democracia é ampliar as bases de participação da sociedade nas decisões sobre sua própria vida. Isto é, sua autodeterminação.

Este é o sonho pelo qual Furtado me convenceu a lutar. Quando fico muito embananada ou com raiva, vou ao velho, peço a benção, me acalmo e continuo.

Saravá, meu mestre! E lutaremos sempre, mesmo depois de mortos, pois outros levarão adiante o mesmo sonho.

Entrevista

Conheci pessoalmente Celso Furtado na década de 70, quando eu estudava na França e, já leitora de seus ensaios, tive oportunidade de ouvi-lo e utilizar amplamente suas idéias na tese com que me doutorei.

O mesmo ocorreu à cientista política Aspásia Camargo, intelectual versada na obra do autor e uma das fundadoras do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, onde atualmente leciona na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE).

A entrevista se deu em outubro de 2001 e passou em revista a trajetória do pensador, desde a década de 1940 até o presente. A emoção permeou o diálogo, com picos de intensidade nos momentos de pesar ou esperança em relação aos destinos do Brasil – que tem no pensamento de Celso Furtado uma fonte essencial da reflexão a que precisamos nos entregar com vistas a conciliarmos desenvolvimento, justiça social e soberania.

Maria Andréa Loyola

Maria Andréa Loyola – *O senhor tem uma formação extremamente eclética. Participou da II Guerra Mundial e da Força Expedicionária Brasileira, transitou por literatura, direito, filosofia, antropologia. O que o fez fixar-se em economia?*

Celso Furtado – Num determinado momento, percebi que teria uma visão mais precisa, justa e técnica da sociedade se direcionasse minha atenção para a economia. Como disseram no século XIX, a economia é a anatomia da sociedade. Minha vocação era para as ciências sociais em sentido amplo, para uma visão global das coisas. E essa visão tinha de começar e terminar com a antropologia.

Aspásia Camargo – *O senhor tem uma predileção pelas finanças públicas, o que provavelmente o levou ao princípio do planejamento. Isso era comum entre os economistas da época?*

CF – Não. Na verdade, me preocupei muito cedo em introduzir racionalidade na vida pública. O Estado era o importante num país em construção como o Brasil. A coisa pública me interessava, eu pensava em me dedicar ao seu estudo. A importância da racionalidade da coisa pública foi percebida por quem concebeu a planificação, o que ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial. Alguns países, como a Alemanha, fizeram os primeiros planos econômicos, que foram utilizados depois pelos soviéticos. Logo percebi que, num país em construção como o Brasil, elaborar planos de racionalidade da ação pública dependia primordialmente da utilização de recursos técnicos. Então, comecei a me dedicar ao estudo da planificação. Fui influenciado especialmente por Karl Mannheim. Em seu livro *Ideolo-*

gia e utopia, que circulou muito naquela época, ele pensava a sociedade como algo global, com princípios de racionalidade.

AC – *O senhor revela uma diferença com a idéia de planejamento puramente setorial. Já naquela época o senhor estava muito preocupado com o planejamento integrado, não? Como chegou a isso?*

CF – Talvez por não partir da economia. Se eu tivesse pensado com a technicalidade econômica, não teria feito isso. Na verdade, quem sabe influenciado por Mannheim, pensei na sociedade globalmente.

AC – *Como a história entrou nisso? Sabemos que a história foi e é a paixão de sua vida.*

CF – A história está no começo de tudo. Lembro uma coisa que descobri recentemente em meus arquivos, um diário em que escrevi o seguinte: “O objetivo de minha vida é compreender a história do Brasil, escrever uma nova história, para entender este país”. Na verdade, a história me interessava como meio de compreender o presente. Não me interessava escavar o passado e reunir documentos sobre ele. Isso era secundário. A lógica e a história do presente é que me interessavam. E essa história podia fazer par com a técnica do planejamento. Segundo Mannheim, planejamento é a busca dos princípios de racionalidade que se aplicam a uma sociedade global. Por isso fui para a coisa global.

AC – *Ao contrário do que muitos imaginam, sua visão do Brasil sempre foi permeada pelas questões do comércio exterior, do balanço de pagamentos, da relação para fora. Como o senhor analisa*

isso em sua obra e de que forma descobriu essa dimensão global da economia?

CF – Na verdade, era necessário pensar o Brasil num contexto maior. Como imaginar nosso país sem entendê-lo como uma projeção do que acontecia na Europa? Na época do Descobrimento, não havia Brasil; existia o continente constituído pelo Novo Mundo. Portanto, sempre me preocupei em compreender que lógica, que forças levaram à construção da primeira grande colônia agrícola em terras tão longe da Europa. Antes desse projeto português, não se pensava em colonizar, fomentar uma grande produção agrícola para exportação. Podia haver algo semelhante no Mediterrâneo, mas o espaço era muito menor.

AC – *Então já nascemos globalizados?*

CF – Já. Para compreender o Brasil era preciso entender Portugal como um agente da transformação europeia, pensar a Europa, o comércio internacional etc.

AC – *O senhor teve grandes mestres na França após a guerra, no final dos anos 40, não?*

CF – Fui para a França e lá tive oportunidade de elaborar uma tese sobre a economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII. Era uma forma de começar a pensar o Brasil.

AC – *Nesse contexto, como surgiu sua descoberta da dimensão do subdesenvolvimento? Como isso apareceu dentro da escola latino-americana?*

CF – Minha reflexão sobre o subdesenvolvimento já é uma coisa muito posterior. O que me impres-

sionou no caso do Brasil foi a não-linearidade de seu desenvolvimento. O comércio exterior sempre foi algo fundamental em nosso país. E esse tipo de comércio tem um ritmo irregular. Não por acaso, periodicamente havia crises temporárias. A luta contra essas crises marcou a história do Brasil. Isso me preocupou desde cedo.

AC – Então as crises não são necessariamente ruins, uma vez que podem ser a saída para novas soluções?

CF – Foi exatamente o que demonstrei ao analisar os anos 30. Na verdade, o Brasil se beneficiou com a crise mundial de 29, que nos obrigou a descobrir o mercado interno. O mercado externo estava em total recessão, completamente desorganizado. Então o Brasil começou a pensar o mercado interno. Pela primeira vez, media-se isso no processo histórico brasileiro. Medimos com técnicas já elaboradas pela CEPAL, sob a direção de Raúl Prebisch. Inventamos o princípio da disponibilidade total de bens para substituir a idéia de renda nacional, a qual não era possível medir. Não havia recursos técnicos para tanto. Foi possível medir a disponibilidade de bens materiais, que se fazia com a produção interna e o comércio exterior. Ao começar a trabalhar nessa linha, consegui perceber as peculiaridades de uma economia que tinha crises periódicas, negativas e positivas. Descobri, então, que o subdesenvolvimento era um subproduto dessas crises.

AC – E o que é o subdesenvolvimento?

CF – É a conseqüência. Resulta de uma certa forma de inserção no comércio internacional. Uma economia subdesenvolvida é criada pelas relações internacionais de dependência. Isto porque a economia

subdesenvolvida sempre teve um desequilíbrio estrutural. Explico melhor: a economia subdesenvolvida é uma economia que depende do exterior para se renovar, para diversificar sua demanda. Depende também do progresso técnico, só absorvido por intermédio do comércio exterior. Esse aspecto faz com que tal economia seja diferente daquela já desenvolvida. Na realidade, a dependência tecnológica cria o subdesenvolvimento e, conseqüentemente, uma dependência cultural, uma vez que a diversificação da demanda, que é progresso técnico, vem do exterior. A criação não é endógena.

AC – O mesmo acontece com os padrões de consumo, não?

CF – Exato. Os padrões de consumo estão diretamente relacionados ao nível de renda. Quando uma economia cresce, diversifica sua demanda. Tal diversificação é muito peculiar no caso do país subdesenvolvido, que não é capaz de produzir determinados bens. Cada vez que você avança na direção do desenvolvimento, avança também na necessidade de maior acumulação de capital, o que não ocorre no quadro do subdesenvolvimento. Na verdade, a acumulação de capital se faz no exterior.

AC – E aí há um ponto importante, que é o comportamento da elite...

CF – Evidente.

AC – Isso nos remete à antropologia, às questões culturais, como Andréa mencionou. O senhor tem uma visão muito forte sobre essa elite... Ela também é subdesenvolvida?

CF – Eu diria que é aculturada. Essa aculturação implica dominação. Os bens de tecnologia

avançada são importados, ou seja, a acumulação interna se atrasa.

AC – Não há poupança interna?

CF – Há poupança, mas é muito mais lenta. A renda é aplicada na importação. E aí se cria uma situação muito particular de dependência cultural; dependência essa que parte do fato de que a inovação tecnológica vem do exterior. Essa inovação implica maior acumulação, que se dá na verdade em ligação com o exterior. Lembro de meu tempo de menino: todas as coisas sofisticadas eram importadas. Um automóvel, por exemplo. Não havia acumulação ligada à tecnologia de ponta entre nós.

AC – E por que não se consegue vencer a pobreza nesse contexto?

CF – Porque temos de atender primeiro a demanda solvível, que é da classe média e dos ricos. A pobreza é a contrapartida da má distribuição de renda. Se você se limita a reproduzir um modelo de sociedade muito mais rica, concentra renda. O avanço da economia se dá com uma pressão muito grande das classes dirigentes, que têm prioridades. Quando importo automóveis ou coisas sofisticadas, concentro a renda no sistema de consumo.

AC – O desenvolvimento e a miséria caminham sempre de mãos dadas. O Brasil, um país que cresceu muito, continua como no passado. A distribuição de riqueza foi sempre muito desigual. Nosso país mantém os maiores índices de concentração de renda do mundo. Como podemos explicar isso? Seria

apenas um problema de responsabilidade de nossas elites? Ou existe alguma razão econômica mais profunda, algo em nossas origens que explicaria esse fenômeno?

CF – É preciso notar que, se o Brasil tem renda tão concentrada, isso acontece porque o país cresceu muito. Somos um caso particular no mundo, pois começamos desenvolvidos e culturalmente dependentes. Concentramos a renda pelo fato de reproduzirmos a forma de viver dos países ricos, que têm muito mais recursos que nós. Nossa renda média, por exemplo, é um décimo da renda média de um país desenvolvido, mas a forma de viver da elite brasileira é igual à dos países ricos, se não for mais cara. Isso explica a concentração de renda. No caso do Brasil, isso se agrava pela abundância de recursos. Foi possível crescer muito durante trinta, quarenta anos. E esse crescimento foi influenciado pelo modelo de concentração de renda.

AC – E os bolsões de pobreza rural que sempre o preocuparam? O senhor é um homem do Nordeste, da Paraíba mais especificamente. Como isso se deu? Ciclos decadentes alimentavam essa mão-de-obra barata?

CF – Em primeiro lugar, devemos pensar no quanto o Brasil é desigual. Desde o início de sua formação, essas desigualdades existem. Mas acho que você está pensando na razão de haver esses bolsões de pobreza. Se o acesso à propriedade da terra tivesse sido outro, a situação seria muito diferente. Veja o exemplo dos Estados Unidos, que dividiram o patrimônio, o território, a terra, que fizeram o que se chama reforma agrária. Isso não aconteceu aqui. Há regiões no Sul,

como Santa Catarina, em que a terra foi mais dividida. Mas existem regiões em que a terra estava nas mãos de latifundiários – o Nordeste, por exemplo. Aí percebemos um caso político-institucional, que só pode ser resolvido com ação política.

AC – *Quer dizer que a economia não basta para resolver?*

CF – Não. Com a SUDENE, o Nordeste cresceu mais do que o Sul e se desenvolveu. Mas a renda concentrada era determinada pela estrutura latifundiária. É preciso compreender que o desenvolvimento do Nordeste não se faz sem reformas estruturais.

MA – *O senhor foi idealizador e iniciador da SUDENE. Além disso, reconhece que ela teve sucesso. Infelizmente, foi extinta recentemente devido ao mau uso da própria instituição. O senhor acha que se esgotou a possibilidade de intervenção no desenvolvimento do Nordeste, ou realmente podemos atribuir o ocorrido com a SUDENE apenas à atitude incompetente e corrupta da elite que a administrava?*

CF – Não se acaba com uma instituição por suposto “mau uso” de seus recursos, como você diz. No Banco Central, por exemplo, houve falcatrua. Mas não passou pela cabeça de ninguém acabar com a instituição. Pela quantidade de dinheiro que mobilizou, a SUDENE deve ter sido um dos órgãos em que menos houve falcatrua. Na verdade, é preciso reconhecer que, ao ser extinta, a SUDENE já era uma sombra do que havia sido, não era mais a mesma. A SUDENE já tinha mudado desde o golpe militar. A estrutura política do Nordeste era muito importante para a instituição. Os

governadores tinham muito poder. Eles se reuniam e, mesmo quando pertenciam a partidos diferentes, se entendiam sobre o Nordeste, o que fazia da região um caso especial. Foi o primeiro setor da economia brasileira que teve plano de desenvolvimento: o Plano de Desenvolvimento do Nordeste. Portanto, a SUDENE foi um caso especial de avanço na região e chegou a ser considerada um modelo no mundo inteiro.

AC – Mas agora ela vai renascer com uma estrutura mais moderna, não?

CF – O que estão fazendo renascer não é mais a SUDENE. Ela só existe se controlada pelos governadores. Se os funcionários de Brasília estão no comando, então é outra coisa.

AC – Como surgiu a idéia da SUDENE? Como ela ganhou corpo?

CF – Quando me convidou para pensar a instituição, Juscelino disse: “É preciso fazer alguma coisa pelo Nordeste”. A região atravessava uma grave crise. A seca de 1958 foi medonha. Então, pensamos a SUDENE. Só podíamos fazer algo novo se tivéssemos a participação dos governadores, que eram, em parte, de partidos de oposição... O governador de Pernambuco, Cid Sampaio, da UDN, e o governador da Bahia, Juracy Magalhães, eram da oposição [risadas]. Tive de explicar para Juscelino que era preciso dividir o poder com os governadores. A SUDENE ficaria acima das lides partidárias, a fim de haver a participação dos governadores. Só eles poderiam dar força à SUDENE no Congresso. E assim foi. A criação da SUDENE foi um milagre; quebrava um pouco o sistema federativo brasileiro, pois

era um poder novo, de âmbito federal. Os governadores participavam das decisões do governo federal e ajudavam a alocar os investimentos. Isso só foi possível em circunstâncias muito especiais... Depois vieram os militares e transformaram a SUDENE em órgão burocrático.

AC – *Tiraram dinheiro também...*

CF – Tiraram não só dinheiro, como o poder dos governadores. Os interventores subordinaram a SUDENE a um ministro. A partir daí, ela já era outra instituição. Em minha época, a SUDENE era subordinada à Presidência da República.

AC – *Mas, mesmo assim, o Nordeste se desenvolveu!*

CF – É verdade. O ponto positivo da SUDENE foi o planejamento, o investimento na infraestrutura e na formação de gente. Com ela, foi criado um grande sistema de bolsas de estudo, pioneiro no Brasil. Quando começamos o projeto, não havia técnicos no Nordeste; eles se formavam lá e vinham para o Sudeste ou já se formavam aqui mesmo e não se interessavam pelo Nordeste. Era preciso formar, não filhos de fazendeiros, mas gente de pequena classe média, formá-los em agronomia, engenharia etc. Nessa época, a Universidade Rural de Pernambuco tinha apenas seis alunos no primeiro ano. Era muito pouco. Então criamos cem bolsas. Injetamos muita gente nova no sistema administrativo de decisões, e o Nordeste mudou completamente. Mas a coisa política se atrasou e não foi possível fazer a reforma agrária. Lembro que houve uma reunião da SUDENE no Piauí para discutir um

projeto de reforma agrária. Tínhamos conseguido recursos técnicos de Israel, do Japão, de todo o mundo para fazer esse projeto, estávamos muito animados. De repente, os governadores ficaram contra ou se ausentaram. Não foi possível votar. Só votamos isso na SUDENE por influência dos militares. Eles conseguiram a aprovação desse projeto de reforma agrária no conselho da SUDENE. Na verdade, o projeto estava sob o disfarce de uma lei de irrigação. No entanto, quando chegamos ao Congresso, perdemos. A maior parte dos deputados nordestinos não se interessou e, portanto, não houve possibilidade de votar uma reforma agrária para o Nordeste...

MA – *O senhor sempre participou de iniciativas pioneiras que aliavam análises econômicas e planejamento, como é o caso da CEPAL, na qual foi alimentado um pensamento econômico que influenciou enormemente a América Latina e foram gestadas as idéias de economia dependente, subdesenvolvimento, relação centro-periferia. O senhor acha que os paradigmas dessa análise ainda podem ser aplicados ao Brasil?*

CF – O importante na CEPAL foi a coragem de exercer a liderança na América Latina e no Brasil. Isso aconteceu pelo fato de Getúlio Vargas, em seu segundo governo, querer uma saída para os problemas do Brasil, para nosso desenvolvimento. Foi a CEPAL que deu armas ao Brasil. Lembro da visita que Prebisch e eu fizemos a Vargas para agradecer a colaboração que ele tinha dado à CEPAL. Ela ia ser destruída pelos americanos... A CEPAL, uma escola de pensamento e ação, foi essencial para mim. Só então passei a com-

preender a necessidade de ver as coisas globalmente, evitando o horizonte estreito do regionalismo.

AC – É surpreendente o senhor dizer que Getúlio bancou a CEPAL, pois era um projeto das Nações Unidas. Os americanos nunca a desejaram, como o senhor mostra em seus livros. Qual foi o papel do Brasil na sustentação da CEPAL?

CF – Na verdade, a CEPAL foi criada por iniciativa do governo do Chile, em 1948. Evidentemente, contra o voto dos americanos, que achavam que a União Pan-Americana era suficiente para lidar com os países latino-americanos. Eles não queriam envolver as Nações Unidas na América Latina... A CEPAL foi criada com um mandato provisório. Os americanos cederam até certo ponto. Na reunião de 1951 no México, na qual seria decidida a sobrevivência ou não da CEPAL, Vargas, influenciado por colegas nossos, foi importante.

AC – Cleanto de Paiva Leite...

CF – Cleanto de Paiva Leite, que estava na assessoria de Vargas, explicou a ele o que era a CEPAL. O presidente ficou de olhos arregalados. “Isso é uma coisa importante, que precisa ser salva, eles vão destruí-la porque o Brasil está se omitindo”, disse ele. A assessoria de Vargas enviou uma mensagem à conferência da CEPAL, então ganhamos a briga. A CEPAL foi transformada em órgão permanente graças a Vargas. A verdade é que o Brasil tinha uma grande vocação para a industrialização. Só não se industrializava porque não tinha política para tanto, o que já se percebia na época. A CEPAL teorizou e deu apoio a essa industrialização.

AC – *Basicamente, a tese central era das trocas desiguais...*

CF – O comércio exterior era uma forma de dominação e dependência externas, portanto era necessário desenvolver um mercado interno. O Brasil tinha um enorme potencial de desenvolvimento se se voltasse para dentro. Foi o que aconteceu nos anos 30, quando houve a crise mundial e a economia do mundo todo se contraiu. As exportações do Brasil foram reduzidas à metade e o país cresceu, pois descobriu o mercado interno.

AC – *Isso tudo é tão óbvio. Como uma teoria de desenvolvimento para permitir a transformação dos países que estão à margem do processo dinâmico da economia mundial pode ter gerado um conflito tão brutal entre os economistas? Um núcleo importante que apoiou muitas dessas idéias, ou pelo menos suscitou o debate, foi a Fundação Getúlio Vargas, não? Todavia, tenho a impressão de que houve um momento em que realmente ela se assustou. Talvez quando Prebisch pronunciou a palavra autarquia. Ou seja: a idéia de que o desenvolvimento tinha de ser para dentro, autárquico, e que, portanto, todas aquelas teorias da macroeconomia, do equilíbrio etc. iam ter de ser postas de lado. Foi isso o que aconteceu?*

CF – Não, pois a CEPAL e Prebisch nunca falaram em autarquia propriamente dita. Falavam em mercado interno. Se a economia mundial estava estagnada, você tinha de crescer para dentro, mas crescer para dentro é muito mais trabalhoso do que crescer para fora. Naquela época, então, era difícilimo, porque era preciso importar os equipamentos para a industrialização. Era

preciso descobrir o caminho da industrialização, o que na época era essencial. A CEPAL mostrou que era indispensável ter um plano e uma ação. Fizemos os estudos de base para o Plano de Metas de Juscelino. Essa política de metas foi inspirada e preparada na linha da CEPAL, a partir do estudo feito sob minha direção no BNDE para o planejamento da economia brasileira.

AC – *O BNDE é filho da CEPAL?*

CF – Foi filho dessa CEPAL, dessa mesma inspiração.

AC – *O senhor, então, foi convocado para fazer o BNDE com Roberto Campos?*

CF – Exato. Criamos o grupo misto BNDE-CEPAL, que organizou cursos de treinamento e desenvolvimento em todo o Brasil: no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Nordeste.

AC – *Essa é a idéia de divisão internacional do trabalho, não? Uns países que produzem gêneros agrícolas primários e outros que produzem bens tecnologicamente avançados. Essa tese vale para hoje?*

CF – Vale. A diferença é que hoje um país como o Brasil já não está mais limitado por esse lado, pois exportamos, em grande parte, produtos manufaturados, inclusive automóveis. O Brasil já participa desses setores dinâmicos do intercâmbio internacional.

AC – *Mas muitas vezes a gente ouve que o Brasil tem de ser um grande produtor de soja...*

CF – De soja.

AC – *De coisas assim, de commodities.*

CF – De produtos sujeitos a depressões periódicas, não? Veja as oscilações. O açúcar, por exemplo. Seu preço foi para o chão por causa da crise mundial. A importância de se ter uma alternativa de mercado interno é que, num momento como este, em vez de o governo ficar pensando que exportar é a salvação, pode olhar com mais atenção para o mercado interno.

AC – *Mas então não tem de melhorar a renda?*

CF – Primeiramente, precisamos aumentar os investimentos públicos e reorientá-los; chegar a um entendimento com os industriais sobre isso. Portanto, é necessário ter uma idéia de política de desenvolvimento e ação coordenada. Isso foi feito no último governo de Getúlio, quando ele lançou todos aqueles planos: a criação da Petrobras, da Eletrobrás, a ação do Estado e a infra-estrutura.

MA – *O senhor acha que atualmente existe clima no Brasil para esse tipo de ação?*

CF – Clima, sim. Mas há grandes interesses orientados contra esse tipo de ação. Se a crise mundial continua, permanece e se aprofunda, o Brasil não tem outra saída senão voltar ao controle do câmbio, à disciplina das importações, à orientação dos investimentos, à ação do Estado. O Brasil está crescendo 1%, menos que a população, que cresce quase 2%. Somos um país com uma grande massa de famintos e cuja construção foi interrompida.

AC – *Acho que o Brasil nunca passou por uma crise tão longa, pelo menos no último século. Como o senhor vê isso? A China, por exemplo, está crescendo. O que a China tem que não temos? O que há de errado conosco?*

CF – O Brasil adotou um modelo de desenvolvimento muito dependente da integração internacional. Só que, desde a década de 1980, a crise financeira mundial tem prejudicado cada vez mais essa integração. A história é complexa. Hoje se percebe perfeitamente que o Brasil está hiperendividado, que acumulou uma dívida tremenda. Não tem autonomia de decisão. Quem governa o país são os banqueiros. Uma opção de desenvolvimento deveria ser iniciada com uma ação no plano financeiro, mas para isso precisaríamos voltar ao controle do câmbio, o que seria um crime, segundo os economistas ligados ao governo. O Brasil, queira ou não, vai ter de voltar a administrar o câmbio e a pensar em mercado interno. Caso contrário, o problema social vai estourar.

MA – *Mas isso não traria de volta a inflação? Ela é o grande terror desses economistas.*

CF – Isso é um espantinho, não?

MA – *É!*

CF – Há inflação em toda parte do mundo. No Brasil, ela sempre existiu, até mesmo nas épocas de grande crescimento. Entretanto, há inflação e inflação: uma é normal, cria uma espécie de *resilience*, como dizem os ingleses, de molejo na economia, é algo como um lubrificante. Para a economia crescer sem inflação, é muito difícil. Numa economia subdesenvolvida que

cresça pouco, acumulam-se problemas sociais graves. Não é como um país rico, que já tem as soluções para seus problemas sociais bem encaminhadas. Num país como o Brasil, os problemas sociais se agravam a cada dia. Se não se cria emprego, se não há investimento, infra-estrutura, se não se tem uma política deliberada de desenvolvimento... O governo responde pelo destino do país. Deve haver vontade política, que conte com o apoio da nação. Tenho impressão de que a população está preparada para isso. Algumas pesquisas já mostraram que a maior parte da população apóia o controle do câmbio, se necessário. Porque este é um instrumento de governo. A dívida imensa de um país como o nosso só poderá ser negociada por um governo forte, bem estruturado e com apoio da opinião pública.

AC – E que pontos o senhor acha que devem ser contemplados agora e que não existiam na década de 50 com relação a essas questões de macro e microeconomia? Sinto que existe no Brasil uma espécie de radicalização entre o grupo que se define como macroeconomista, monetarista, e o grupo desenvolvimentista, que se define favorável à industrialização, ao mercado interno. O senhor talvez tenha sido o único da escola desenvolvimentista a ter visão também das potencialidades do comércio internacional e da idéia de integração entre essas duas coisas. Como poderíamos ter uma visão desenvolvimentista hoje sem negligenciar que os mercados são mais amplos do que as fronteiras territoriais e que é preciso, portanto, preparar nossas indústrias para uma economia de escala maior, para uma ousadia maior do que tivemos nos ciclos desenvolvimentistas,

que praticamente se esgotaram no início dos anos 80? O senhor sempre teve um pensamento que integrava o dentro e o fora, o mercado internacional e o interno. Como podemos sair do dilema desses grupos monetaristas e desenvolvimentistas, que nunca se entendem?

CF – No caso do Brasil, é fundamental voltar a crescer. Qualquer caminho adotado só levará a um mínimo de sucesso no plano social se houver recursos. Portanto, é preciso recuperar os instrumentos de governo. O instrumento mais importante é a política monetária, de câmbio. Você viu, por exemplo, o erro que eles cometeram ao manter aquele câmbio na primeira fase do governo Fernando Henrique. Hoje todo mundo reconhece que foi uma loucura sobrevalorizar nossa moeda. Tivemos uma grande destruição – ou desnacionalização – do setor industrial, criada pelo próprio governo.

AC – E podemos recuperar isso?

CF – Podemos ao menos estancar. O setor de infra-estrutura, por exemplo, cresceu no Brasil por ação do governo. Lembro de um Brasil com pouca energia elétrica. Até a criação da Eletrobrás, quando houve um grande investimento no setor.

AC – Agora dizem que o Estado está incapacitado e sem dinheiro. E que isso seria um problema mundial.

CF – O Estado continua a crescer no mundo inteiro. Há poucos dias, eu estava vendo algumas estatísticas. Nos países desenvolvidos em que houve a participação do Estado na economia, registrou-se cresci-

mento nos últimos anos. Portanto, dizer que o Estado está desaparecendo é uma bobagem. Mas é preciso modificar a orientação da ação do Estado...

AC – *A Argentina está acabando?*

CF – A Argentina é um caso particular, pois tem problemas diferentes, que vêm de muito longe, fruto de trinta anos de desordem financeira e econômica. A Argentina perdeu o rumo desde a época de Perón e não conseguiu mais se aprumar. Portanto, não vamos discutir a Argentina, isso nos levaria muito longe. É evidente que o Brasil é um país de enorme potencial. Viajei pelo mundo inteiro, vivi muitos anos fora e me acostumei a presenciar esse tipo de apreciação do Brasil, um país de muitas possibilidades, de população imensa, recursos energéticos etc. Porém, o problema do Brasil é de outra ordem. Temos um setor industrial bastante desenvolvido, mas só resolveremos nossas questões quando criarmos e incentivarmos a demanda.

AC – *Quer dizer que Keynes não morreu?*

CF – Agora todo mundo está percebendo e repetindo isso. A economia moderna depende essencialmente de uma ação adequada do Estado. O difícil é descobrir que ação seria a mais oportuna e necessária. Mas hoje não é como em minha época. Lembro-me das lutas para convencer que era possível ter indústria automobilística no Brasil. Recordo também um artigo que li, publicado nos Estados Unidos, em que se dizia que a Ford tinha feito estudos e concluído que o clima do Brasil não servia para a indústria automobilística. O clima do Brasil! Imaginem as falácias, as bobagens que repetiam. E a indústria automobilística foi instalada,

progrediu e atualmente é uma das maiores do mundo. Portanto, a ação do Estado foi essencial nesse caso.

MA – *Num de seus artigos, o senhor levanta uma idéia muito interessante quando compara os países ricos e pobres. Pelo que o senhor fala, tenho a impressão de que certos países do Terceiro Mundo estariam fadados a viver eternamente o problema da desigualdade social e, sobretudo, da distância social. Nesse mesmo artigo, se não me engano, há uma relação com a análise que o senhor faz de Tóquio, da economia japonesa. O senhor diz que esse fato estaria ligado, em certa medida, ao problema da ordem social. Como o senhor vê isso no que se refere ao Brasil? É um ponto de fato importante?*

CF – Na verdade, a tendência à heterogeneidade social e estrutural é uma marca do subdesenvolvimento. Só podemos enfrentá-la com procedimentos políticos. Isso não é assunto para o mercado. O grande erro do Brasil nos últimos anos tem sido superestimar a importância do mercado. O fundamental num país em construção é sua estrutura, pois se a heterogeneidade social aumenta, a sociedade está condenada à estagnação. O país está cada vez mais frágil e parece estar se preparando para uma crise grave. Veja aonde a insegurança social chegou.

AC – *Parece que estamos no pior dos mundos, com todos os problemas dos países atrasados e avançados.*

CF – Exato. Temos hoje uma economia avançada. Não é verdade que sejamos um país atrasado. O Brasil já tem um dos maiores parques industriais do

mundo, um parque complexo e rico. Em contrapartida, tem uma sociedade completamente desarticulada, sem emprego. Não se pode abrir mão de gerar emprego.

AC – *Mas o emprego não exige cada vez mais informação e tecnologia? Não estamos na sociedade do conhecimento?*

CF – Estamos. Mas o emprego exige investimento e uma política que permita fazê-lo corretamente. Para elevar o nível de qualidade da mão-de-obra no Brasil, por exemplo, dependemos de recursos do governo federal. A escolaridade do brasileiro é precária, se comparada a países da América Latina, como Argentina, Chile e México. O Brasil tem muitas formas de atraso e todos esses atrasos se completam.

MA – *O senhor falou da importância da política para alterar essa situação. Mas certa vez disse que a manutenção de sua independência estava justamente em continuar distanciado da política, como seu pai, que era juiz. O senhor guardou a idéia do político como alguém sempre pronto a trapacear. Alterou esse ponto de vista? Como encontrar o equilíbrio entre essa necessidade de ação política e um político que tende a agir dessa maneira?*

CF – Quando falo de políticos nesses termos, evidentemente falo de uma maneira geral. Há exceções que desmentem. Políticos da melhor lei, da melhor água. Mas minha relutância em relação à política nunca me largou. Por isso, quando uma vez pensei em me candidatar a um cargo político, lá na Paraíba, logo percebi as concessões que teria de fazer. Eram tantas que desisti.

AC – Mas o senhor já foi ministro da Cultura.

CF – Mas esse cargo é de base administrativa, executiva. Quando voltei ao Brasil, após longo exílio, disse para mim mesmo: “Tenho de pagar o preço, dedicar-me à política, portanto me candidatar a um cargo eletivo”. Então, fiz contatos com o mundo político e, claro, as exigências que fizeram foram tais que desisti.

AC – Que exigências?

CF – Obter financiamentos, valores de grandes empresas, para pagar uma eleição. Muitos políticos disseram que não iriam angariar dinheiro para se eleger, mas permitiam que outros, em seu nome, angariassem... Eu não estava disposto a isso. Logo percebi que o trabalho que podia fazer era de outra ordem, como pensador e intelectual.

AC – Como pensador, o senhor tem uma obra gigantesca. Praticamente formou todos os brasileiros minimamente informados neste país. Poucas pessoas no mundo deram a contribuição que o senhor deu não apenas ao Brasil, mas também aos países em desenvolvimento.

CF – A partir de um dado momento, percebi que podia realizar um trabalho útil no plano do pensamento. Só voltei a exercer um cargo político quando houve a redemocratização do Brasil e me convidaram para ser ministro da Cultura. Mais de cem intelectuais se reuniram e fizeram um abaixo-assinado, pedindo que eu aceitasse o cargo.

MA – *O senhor se define como um intelectual. Entretanto, dá uma definição muito interessante do que seria o intelectual latino-americano. Vou lê-la e, em seguida, gostaria que me dissesse com que traços desta definição o senhor se identifica. “Se tivesse de, em poucas linhas, traçar o retrato típico do intelectual nos nossos países subdesenvolvidos, eu diria que ele reúne em si 90% de malabarista e 10% de santo. Assim, a probabilidade de que se corrompa, quando já não nasce sem caráter, é de nove em dez. Se escapa à regra, será implacavelmente perseguido e, por isso mesmo, uma reviravolta inesperada dos acontecimentos poderá transformá-lo em herói nacional. Se persistir em não se corromper, daí para a fogueira a distância é infinitesimal; de resto, por maior que seja sua arrogância, nunca entenderá o que lhe terá ocorrido”.*

CF – Exato. Subscrevo.

AC – *Quais são suas maiores preocupações? Em meio à sua vasta obra, o que o senhor considera mais importante?*

CF – Há duas coisas que considero fundamentais. A primeira delas é pensar com paixão o Brasil. Dediquei-me a conhecer nosso país desde minha tese de doutorado, *L'économie coloniale brésilienne* [A economia colonial brasileira], feita na Europa, quando eu tinha vinte e tantos anos. A segunda foi *Formação econômica do Brasil*, uma obra enxuta, resultante de dez anos de trabalho, na qual nunca mais toquei.

AC – *É uma obra-prima. Poucos intelectuais no mundo conseguiram tamanha síntese e grandeza. Eu não seria nada, não existiria sem esse livro.*

CF – De toda maneira, há um livro em que coloquei minha reflexão mais completa sobre todos esses assuntos. Não pensei apenas no Brasil, mas no mundo todo, particularmente o subdesenvolvido. Seu título é *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Nele, estudo a lógica da civilização industrial; esta civilização que caminha para um impasse profundo.

AC – *A crise com o mundo islâmico tem a ver com isso?*

CF – Claro. Nesse livro, destaco, por exemplo, o caso da ciência, outrora a base do progresso. Hoje, ela se transformou em ameaça. Vide a energia nuclear e a biotecnologia.

AC – *O conceito de progresso está em suspenso.*

CF – Exatamente. E isso não é uma crise profunda? Nossa civilização sempre esteve baseada na idéia de esperança, progresso, melhoria, satisfação das necessidades do homem. Isso está sendo superado, abandonado. Estamos vivendo uma nova espécie de crise.

MA – *E o que o senhor acha que pode vir?*

CF – Não sei, mas essa pequena amostra que tivemos há pouco... Um grupo de fanáticos que consegue desafiar a maior potência do mundo, os Estados Unidos, indica a complexidade da situação que estamos por enfrentar. Quando escrevi esse livro, fiquei um pouco dividido entre duas coisas: pensar as questões mundiais e pensar o Brasil. Antes de mais nada, temos nossos próprios problemas. É preciso que nós, brasileiros,

entendamos que somos parte do mundo. Precisamos ter coragem de pensar os problemas mundiais para, a partir deles, avaliarmos os nossos.

AC – *Terminamos esta entrevista sob forte emoção. O senhor formou muitos brasileiros e intelectuais. Devo muito ao senhor: desde Formação econômica do Brasil, minha bíblia, até minha tese de doutoramento, de cuja banca o senhor participou, sobre o Nordeste e as Ligas Camponesas. Agradecemos a oportunidade de ouvir coisas verdadeiramente atuais e motivadoras.*

MA – *Também sou absolutamente devedora de sua obra. Não teria feito nada do que fiz, escrevi e pensei sobre o Brasil, se não tivesse tido a oportunidade de ler Celso Furtado. Acho que representamos aqui não só toda a geração de brasileiros que até então puderam escrever inspirados em suas análises sobre o Brasil, como também os que virão. Considero-me privilegiada de ter podido organizar esta entrevista. Muito obrigada, professor Celso.*

CF – *Agradeço sinceramente. Tudo isso me anima bastante em relação ao futuro do Brasil. É maravilhoso encontrar pessoas que têm fé neste país e consideram que nosso esforço tem dado resultados positivos. Muito obrigado, professoras.*

Biografia

Celso Monteiro Furtado nasceu a 26 de julho de 1920 em Pombal, sertão paraibano, filho de Maria Alice Monteiro Furtado, de família de proprietários de terra, e Maurício de Medeiros Furtado, de família de magistrados.

Realizou seus estudos secundários no Liceu Paraibano e no Ginásio Pernambucano do Recife. Chegou ao Rio em 1939, quando entrou para a Faculdade Nacional de Direito e começou a trabalhar como jornalista na *Revista da Semana*.

Em 1944, cursou o CPOR, concluiu o curso de direito e foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira. Com a patente de aspirante a oficial, seguiu para a Itália. Serviu na Toscana como oficial de ligação junto ao V Exército norte-americano e sofreu um acidente em missão, durante a ofensiva final dos aliados.

Em 1946, ganhou o prêmio Franklin D. Roosevelt, do Instituto Brasil-Estados Unidos, com o ensaio “Trajetória da democracia na América”.

Viajou para a França, onde se inscreveu no curso de doutoramento em economia da Universidade de Paris-Sorbonne e no Instituto de Ciências Políticas.

Enviou reportagens para várias publicações – entre as quais a *Revista da Semana*, *Panfleto* e *Obser-*

vador Econômico e Financeiro –, narrando sua experiência como integrante de uma brigada francesa de reconstrução de uma estrada na Bósnia e sua participação no Festival da Juventude em Praga.

Em 1948, doutorou-se com a tese *L'économie coloniale brésilienne* [A economia colonial brasileira], elaborada sob a orientação de Maurice Byé.

De volta ao Brasil, juntou-se ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, trabalhando na revista *Conjuntura Econômica*. Casou-se com Lucia Tosi.

Em 1949, instalou-se em Santiago do Chile para integrar a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas que se transformará na única escola de pensamento econômico surgida no Terceiro Mundo. Nasceu seu filho Mário.

No ano seguinte, quando o economista argentino Raúl Presbisch assumiu a secretaria-executiva da CEPAL, Celso Furtado foi nomeado diretor da Divisão de Desenvolvimento e passou a cumprir missões em diversos países do continente, como Argentina, México, Venezuela, Equador, Peru e Costa Rica. Também visitou universidades norte-americanas, onde então se iniciava o debate sobre os aspectos teóricos do desenvolvimento.

Em 1950, publicou seu primeiro ensaio de análise econômica, “Características gerais da economia brasileira”, na *Revista Brasileira de Economia*, da FGV.

Dois anos depois, escreveu “Formação de capital e desenvolvimento econômico”, seu primeiro artigo de circulação internacional, traduzido e publicado pelo *International Economic Papers*, da Associação Internacional de Economia.

Em 1953, presidiu no Rio o Grupo Misto CEPAL-BNDE, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento. O relatório do Grupo Misto, editado em 1955, tornou-se a base do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.

Em 1954, com um grupo de amigos, criou o Clube de Economistas, que lançou a revista *Econômica Brasileira*. Nasceu seu filho André.

Em 1956, morou na Cidade do México, em missão da CEPAL. Passou o ano letivo de 1957-58 no King's College da Universidade de Cambridge, Inglaterra, a convite do professor Nicholas Kaldor. Aí escreveu *Formação econômica do Brasil*, seu livro mais conhecido.

De volta ao Brasil, desligou-se definitivamente da CEPAL e assumiu uma diretoria do BNDE. Foi nomeado, pelo presidente Kubitschek, interventor no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Elaborou para o governo federal o estudo “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, origem da criação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com sede no Recife.

Em 1961, como superintendente da SUDENE, encontrou-se em Washington com o presidente John Kennedy – cujo governo decidiu apoiar um programa de cooperação com o órgão – e, semanas depois, com o ministro Ernesto Che Guevara, chefe da delegação cubana à conferência de Punta del Este, para discutir o programa da Aliança para o Progresso.

Em 1962 foi nomeado, no regime parlamentar, o primeiro titular do Ministério do Planejamento, quando elaborou o Plano Trienal apresentado ao país

pelo presidente João Goulart, por ocasião do plebiscito visando a confirmar o parlamentarismo ou a restabelecer o presidencialismo.

No ano seguinte, deixou o Ministério do Planejamento e retornou à Superintendência da SUDENE, quando concebeu e implantou a política de incentivos fiscais para os investimentos na região.

O Ato Institucional nº 1, publicado três dias depois do golpe militar de 31 de março de 1964, cassou seus direitos políticos por dez anos. Teve início seu exílio.

Em abril do mesmo ano, aceitou convite para dar seminários em Santiago do Chile. Meses depois, em New Haven, Estados Unidos, tornou-se pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale. Fez conferências em diversas universidades norte-americanas e participou de vários congressos sobre a problemática do Terceiro Mundo.

Em 1965, mudou-se para a França, a convite da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, e assumiu a cátedra de professor de Desenvolvimento Econômico. Foi o primeiro estrangeiro nomeado para uma universidade francesa, por decreto presidencial do general De Gaulle. Permaneceu nos quadros da Sorbonne por vinte anos.

Em junho de 1968, veio ao Brasil pela primeira vez após sua cassação, a convite da Câmara dos Deputados.

No correr do decênio de 1970, fez diversas viagens a países da África, Ásia e América Latina, em missão de agências das Nações Unidas.

No mesmo decênio, foi professor-visitante da American University (Washington), da Columbia

University (Nova Iorque), da Universidade Católica de São Paulo e da Universidade de Cambridge, onde foi o primeiro ocupante da cátedra Simon Bolívar e foi feito *Fellow* do King's College.

De 1978 a 1981, integrou o Conselho Acadêmico da recém-criada Universidade das Nações Unidas, em Tóquio.

A partir de 1979, quando se votou a Lei da Anistia, retornou com frequência ao Brasil, reinseriuse na vida política e foi eleito membro do Diretório Nacional do PMDB. Casou-se com a jornalista Rosa Freire d'Aguiar.

Entre 1982 e 1985, como diretor de pesquisas da Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, dirigiu em Paris seminários sobre economia brasileira e internacional.

Em 1985, foi convidado pelo recém-eleito presidente Tancredo Neves para participar da Comissão do Plano de Ação do Governo. Foi nomeado embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, assumindo o posto em setembro. Integrou a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos, para elaborar um projeto de nova Constituição.

Em março de 1986, foi nomeado ministro da Cultura do governo de José Sarney; sob sua iniciativa, aprovou-se a primeira lei de incentivos fiscais à cultura. Em julho de 1988, pediu demissão do cargo, retornando às atividades acadêmicas no Brasil e no exterior.

De 1987 a 1990, integrou a South Commission, criada pelo presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, e formada por países do Terceiro Mundo para formular uma política para o Sul.

Entre 1993-95, foi um dos doze membros da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, da ONU/UNESCO, presidida por Javier Pérez de Cuéllar.

Entre 1996-98, integrou a Comissão Internacional de Bioética da UNESCO. Em 1997, organizou-se em Paris, pela Maison des Sciences de l'Homme e pela UNESCO, o congresso internacional "A contribuição de Celso Furtado para os estudos do desenvolvimento", reunindo especialistas do Brasil, Estados Unidos, França, Itália, México, Polônia e Suíça.

No mesmo ano, a Academia de Ciências do Terceiro Mundo, com sede em Trieste, criou o Prêmio Internacional Celso Furtado, conferido a cada dois anos ao melhor trabalho de um cientista do Terceiro Mundo no campo da economia política.

Em agosto, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

Em 1999, criou-se a Rede Eurolatino-americana Celso Furtado de Estudos sobre o Desenvolvimento, entre universidades da França e da América Latina, especialmente do México, para promover o intercâmbio, em seminários e pela internet (<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/>), de estudos sobre o desenvolvimento.

Em 1999-2000, organizaram-se seminários internacionais sobre a obra de Celso Furtado em Belo Horizonte, Recife, João Pessoa e São Paulo.

Em 2001, foi lançado o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento do Rio de Janeiro, conferido a cada dois anos pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) ao melhor trabalho sobre desenvolvimento regional.

Celso Furtado é doutor honoris causa das universidades Técnica de Lisboa, Estadual de Campinas (UNICAMP), Federal de Brasília, Federal do Rio Grande do Sul, Federal da Paraíba, Pierre Mendès-France (Grenoble, França), Federal do Rio de Janeiro.

Principais trabalhos

- 1946 *Contos da vida expedicionária – de Nápoles a Paris*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde.
- 1948 *L'économie coloniale brésilienne*. Tese de doutoramento, Universidade de Paris. Edição brasileira (2001): *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec/Abphe.
- 1954 *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite.
- 1956 *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- 1958 *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- 1959 *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- 1961 *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

- 1962 *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
Subdesenvolvimento e Estado democrático. Recife: Condepe.
- 1964 *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- 1966 *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- 1967 *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional. Edição revista pelo autor (2000). São Paulo: Paz e Terra.
- 1968 *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga.
- 1969 *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editora.
- 1972 *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- 1973 *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- 1974 *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1976 *A economia latino-americana*. São Paulo: Editora Nacional.
Prefácio à nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1978 *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1980 *Pequena introdução ao desenvolvimento – um enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Edi-

- tora Nacional. Edição revista pelo autor (2000). São Paulo: Paz e Terra.
- 1981 *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1982 *A nova dependência, dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1983 *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1984 *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1985 *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- 1987 *Transformação e crise na economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra.
- 1989 *ABC da dívida externa*. São Paulo: Paz e Terra.
- A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra.
- 1991 *Os ares do mundo*. São Paulo: Paz e Terra.
- 1992 *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra.
- 1997 *Celso Furtado – obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra.
- 1998 *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Seca e poder*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- 1999 *O longo amanhecer – reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- 2002 *Em busca de novo modelo – reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra.



ISBN 85-7511-034-9

